

17/06/2010

TRIBUNAL PLENO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 592.905 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : **MIN. EROS GRAU**  
**EMBTE. (S)** : **HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S/A - BANCO DE INVESTIMENTO**  
**ADV. (A/S)** : **LUIZ RODRIGUES WAMBIER E OUTRO (A/S)**  
**EMBDO. (A/S)** : **MUNICÍPIO DE CAÇADOR**  
**ADV. (A/S)** : **GUSTAVO HENRIQUE SERPA E OUTRO (A/S)**  
**ADV. (A/S)** : **RENATA SARAIVA E OUTRO (A/S)**  
**INTDO. (A/S)** : **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF**  
**ADV. (A/S)** : **RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA**

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE VOTO QUE ADERIU À TESE VENCEDORA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. CANCELAMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO JULGADO. OMISSÃO, CONTRARIEDADE E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA.

1. As notas taquigráficas são revisadas e devolvidas pelos Ministros no prazo regimental. Durante esse período as manifestações podem ser canceladas pelo Ministro que as houver proferido, hipótese em que não serão publicadas com o acórdão.

2. Não há nulidade na publicação de acórdão sem a juntada de voto vogal que aderiu à tese vencedora do acórdão recorrido e foi cancelado na revisão de notas taquigráficas pelo Ministro que o proferiu.

3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa ou à inclusão de matéria não discutida no recurso. São admissíveis em caráter infringente somente em hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente [RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra ELLEN GRACIE, DJ 18.02.05].

Embargos de declaração rejeitados.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em rejeitar os embargos de declaração.

Brasília, 17 de junho de 2010.

**EROS GRAU**

**RELATOR**



*Supremo Tribunal Federal*

17/06/2010

TRIBUNAL PLENO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 592.905 SANTA CATARINA**

RELATOR : MIN. EROS GRAU  
EMBTE. (S) : HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S/A - BANCO  
DE INVESTIMENTO  
ADV. (A/S) : LUIZ RODRIGUES WAMBIER E OUTRO(A/S)  
EMBDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
ADV. (A/S) : GUSTAVO HENRIQUE SERPA E OUTRO(A/S)  
ADV. (A/S) : RENATA SARAIVA E OUTRO(A/S)  
INTDO. (A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE  
FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS -  
ABRASF  
ADV. (A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

**R E L A T Ó R I O**

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Embargos de declaração opostos contra acórdão ementado nos seguintes termos:

**"EMENTA:** RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço.

A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back.

Recurso extraordinário a que se nega provimento."

*Supremo Tribunal Federal*

RE 592.905-ED / SC

2. O embargante alega omissão no acórdão embargado, vez que não foi juntado aos autos o voto proferido pelo Ministro Celso de Mello.

3. Sustenta que há obscuridade na decisão, pois "é necessário que se esclareça que financiamento é serviço apenas para fins de incidência do ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro."

4. Por fim, diz que há contradição "entre a afirmação de que (1) se poderia tributar pelo ISS atividades que não consubstanciam obrigações de fazer [isto é, não teriam natureza de serviço], mas que não se enquadrariam em outro tipo de atividade tributada e a de que (2) financiamento seria serviço."

5. Requer que os embargos de declaração sejam acolhidos.

É o relatório.

*Supremo Tribunal Federal*

17/06/2010

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 592.905 SANTA CATARINAV O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): Neguei provimento ao recurso extraordinário na Sessão Plenária de 2.12.09., no que fui acompanhado pelos Ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Celso de Mello e Gilmar Mendes.

2. O Ministro Celso de Mello aderiu ao voto vencedor na mesma sessão.

3. O preceito veiculado pelo artigo 96, caput, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelece que as notas taquigráficas das discussões e votos serão juntadas aos autos, com o acórdão, somente depois de revistas e rubricadas pelos Ministros que se manifestaram em cada julgamento.

4. Este Tribunal, no RE n. 406.432 AgR-ED-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.07, decidiu que "[n]ão se darão cópias de notas taquigráficas não revisadas, pertinentes aos votos e intervenções dos Ministros que houverem participado do julgamento da causa, [...] exceto se - ressalvado o cancelamento tempestivo de tais manifestações pelo próprio Ministro que as houver proferido - referidas notas taquigráficas não forem por ele devolvidas no prazo regimental (RISTF, art. 96, §§ 4º e 5º)" [sublinhei].

*Supremo Tribunal Federal*

RE 592.905-ED / SC

5. As notas taquigráficas são revisadas e devolvidas pelos Ministros no prazo regimental. Durante esse período as manifestações podem ser **canceladas** pelo Ministro que as houver proferido, hipótese em que não serão publicadas com o acórdão.

6. O Ministro Celso de Mello cancelou sua manifestação oral. Não há pretensão processual cabível contra isso. Inexiste, pois, irregularidade na publicação do acórdão embargado.

7. As alegações de contradição e obscuridade no acórdão embargado são também improcedentes.

8. O que se pretende é a modificação do julgado, não o esclarecimento de qualquer ponto obscuro ou contraditório. Pretensão como tal não encontra amparo na jurisprudência desta Corte.

9. Os embargos de declaração têm pressupostos certos --- art. 535, I e II, do Código de Processo Civil --- que não se verificam neste caso. Os presentes embargos têm caráter infringente e refletem tão-somente o inconformismo do embargante com o que foi decidido.

10. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os embargos de declaração não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa, admitidos em caráter infringente somente em hipóteses excepcionais de omissão do julgado ou erro material manifesto. Menciono, por todos, o seguinte aresto:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL NÃO ESTÁVEL. DEMISSÃO POR CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NECESSIDADE. 1. Os embargos de declaração não constituem meio processual cabível para reforma do julgado, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais. 2. Supostas omissão e

*Supremo Tribunal Federal*

RE 592.905-ED / SC

contrariedade que dissimulam nítida pretensão de rejugamento da causa. 3. Não se prestam os embargos declaratórios à uniformização de jurisprudência. 4. Embargos de declaração rejeitados." [RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra ELLEN GRACIE, DJ 18.02.2005 - grifei]

Rejeito os embargos de declaração.

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 592.905**

PROCED.: SANTA CATARINA

**RELATOR : MIN. EROS GRAU**

EMBTE.(S): HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S/A - BANCO DE INVESTIMENTO

ADV.(A/S): LUIZ RODRIGUES WAMBIER E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S): MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ADV.(A/S): GUSTAVO HENRIQUE SERPA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): RENATA SARAIVA E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S): ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS

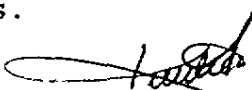
CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF

ADV.(A/S): RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, rejeitou os embargos de declaração. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 17.06.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.



p/ Luiz Tomimatsu  
Secretário